

## DECLARAÇÃO DO PANAMÁ

### XV REUNIÃO DA REDE IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DA PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES

**Cidade do Panamá, 10 de abril de 2013**

Os Ministros e outras altas autoridades participantes na XV Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) reunidos na Cidade do Panamá, em 10 de abril de 2013, no marco da preparação da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que será celebrada no Panamá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2013.

Reunidos com o propósito de deliberar em torno ao papel que corresponde aos nossos ministérios na direção, planejamento e coordenação das políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico dos nossos países num ambiente de governança democrática.

B  
L.C.  
Cientes da necessidade que essa coordenação deva se realizar em todos os âmbitos e níveis de governo e deva considerar as políticas de curto, médio e longo prazo, com a finalidade de manter um equilíbrio entre as políticas de Estado e as estratégias governamentais e, ao mesmo tempo, promover e manter o desenvolvimento sustentável dos programas de coesão social, de redução da pobreza e as desigualdades e de crescimento sustentável e inclusivo, sem colocar em risco as políticas macroeconômicas de estabilidade ou as medidas de ajuste ou de regulamentação financeira dos países.

Convencidos de que, para isso, é fundamental continuar avançando no fortalecimento e consolidação institucional, bem como na melhor administração dos órgãos de governo e das entidades públicas em todos os níveis, dando ênfase especial ao bom governo, ao respeito da legalidade, à integridade, à não discriminação, à delegação e desconcentração de competências, à dotação de recursos financeiros e à capacitação de recursos humanos e à promoção permanente da participação cidadã.

Seguros, também, de que a nossa tarefa de coordenação deve ser acompanhada do reforço das políticas de regulamentação, de promoção da transparência institucional, da gestão eficaz e eficiente, da prestação de contas, mediante mecanismos de medição, acompanhamento e avaliação que favoreçam uma

*(Handwritten signatures and initials are present throughout the page, including 'B', 'L.C.', 'H', and others.)*

administração pública ao serviço dos cidadãos e que contribuam a melhorar a inovação, a produtividade e competitividade de nossas economias.

Comprometidos com as políticas de igualdade de direitos e oportunidades promovidas pelos nossos países, que estabeleçam ações que permitam uma real e efetiva igualdade de gênero, um maior acesso dos povos indígenas e dos afro descendentes e de setores e grupos em situação de exclusão ou de vulnerabilidade à função pública.

## ACORDAMOS

1. Fortalecer os sistemas de coordenação entre todas as instâncias e níveis de governo com o objetivo de estabelecer políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social sustentáveis, coerentes com as prioridades e necessidades dos países, promover a inclusão e coesão social, reduzir as desigualdades, gerar sinergias com atores não governamentais, maximizar o crescimento de regiões e de setores menos favorecidos, promover a criação de emprego, melhorar e tornar mais eficaz a gestão governamental, racionalizar a administração e evitar a duplicidade de esforços.
2. Maximizar a implantação de sistemas de controle, acompanhamento e avaliação de programas e metas em todos os níveis de governo para agilizar os processos burocráticos, enfrentar a corrupção e promover a participação cidadã sem discriminação, nestes processos através de mecanismos adequados e viáveis, para tornar a função e o serviço público transparentes e eficientes.
3. Desenvolver ou maximizar, na administração pública, por meio de ferramentas inovadoras, os mecanismos de gestão eficaz e eficiente e a prestação de contas aberta ao escrutínio público para promover a participação, a credibilidade, a transparência e a produtividade.
4. Dar seguimento, no âmbito de sua competência, às políticas de ordenamento territorial e de descentralização que articulem no setor público, estratégias de desenvolvimento sustentável que permitam, sob os princípios de subsidiariedade e de maior proximidade, a distribuição adequada dos recursos financeiros e a participação dos atores locais, com atenção especial às especificidades sociais, econômicas, geográficas e demográficas.
5. Expressar nossa profunda satisfação pela adoção, durante a XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo de Cádiz, da Carta

R  
L.C.  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] [Handwritten signature] [Handwritten signature] [Handwritten signature]

Ibero-Americana da Transparência e o Acesso à Informação Pública, iniciativa gerada na última Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes e pela iniciativa de um Grupo de Trabalho reunido no mês de setembro de 2012 em Madri, com o objetivo de adotar políticas de transparência que reconheçam o direito de acesso à informação que os Estados devem tornar pública, com as limitações próprias desta questão e a proteção de dados de caráter pessoal. Solicitar à SEGIB que recopile nos países, os nomes das autoridades competentes na matéria, a objeto de configurar um diretório de experientes ibero-americanos para o intercâmbio de informação.

6. Favorecer na administração pública regras claras, estáveis e previsíveis que dêem certeza e promovam os investimentos produtivos nacionais e estrangeiros, conforme as leis de cada país.
7. Reiterar o nosso apoio político ao Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas, IBERGOP, e reafirmar sua importância como um instrumento da RIMPE para dar início aos seus acordos.
8. Valorizar a realização das três edições de Diplomados IBERGOP, sobre Sistemas de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas, salientando a melhoria aplicada na metodologia e desenho do Diplomado e encarregar ao Programa IBERGOP o desenho da quarta edição do Diplomado, tendo como base o tema das Políticas Públicas para o fortalecimento institucional, o crescimento econômico e a coesão social, com ênfase especial no tema da transparência e o bom governo.
9. Apresentar à Secretaria Geral Ibero-Americana as medidas adotadas no âmbito do fortalecimento institucional com a finalidade de propiciar um estudo conjunto, a ser preparado pela SEGIB, que constitua um referencial para todas as instâncias de governo dos nossos países.
10. Compartilhar com a SEGIB, nesse mesmo sentido, pelos meios mais convenientes para cada país, informações sobre a incorporação ao direito interno dos nossos países dos mecanismos de fiscalização governamental no marco das normas estabelecidas no Código Ibero-Americano de Bom Governo, adotado pelos países Ibero-Americanos na XV Cúpula de Chefes de Estado e do Governo de Montevideú.
11. Reconhecer a Rede de Governo Eletrônico para América Latina e o Caribe (GEALC) como espaço de colaboração e impulso do Governo Eletrônico e encomendar à SEGIB realizar a necessária gestão para a incorporação da Espanha, Portugal e Andorra, como países membros dessa Rede.

K  
L.C.  
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

12. Solicitar à Secretaria Geral Ibero-Americana que eleve à consideração da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo do Panamá a presente Declaração.

Os participantes agradecem à Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), como órgão permanente de apoio da Conferência Ibero-Americana, por seu trabalho de coordenação dessa Reunião.

Igualmente, agradecem de modo especial ao Ministério da Presidência da República do Panamá pela excelente preparação e organização da XV Reunião Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes.